

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.055 - PB (2019/0148213-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DO PARANÁ  
**PROCURADORE** : LILYANE FERNANDES BANDEIRA DE OLIVEIRA - PB013350  
S  
SILVANA SIMOES DE LIMA A SILVA  
**AGRAVADO** : EDNA PATRICIA PORTO CARNEIRO  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ARTIGO 40, § 4º, DA LEF. SÚMULA N. 314/STJ. INTIMAÇÃO PESSOAL. DESNECESSIDADE. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INÍCIO DO PRAZO APÓS O DECURSO DA SUSPENSÃO POR UM ANO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PRÉVIA. FLEXIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA DO PREJUÍZO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. DESPROVIMENTO DO AGRAVO.

— "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.". (Súmula 314, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2005, DJ 08/02/2006, p. 258)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa ao art. 1.022, do CPC/2015, arguindo ausência de manifestação do órgão julgador acerca das questões suscitadas.

No mérito, alega violação aos arts. 25 e 40, §§ 1º e 4º, da LEF. Sustenta, em síntese, que "o Juízo deixou de determinar a intimação pessoalmente a Fazenda Pública quanto à suspensão, não podendo ter sido arquivado o processo em 25/10/2010 (fls. 22) nem decretada a prescrição intercorrente, como fez o Juízo ao extinguir a execução em 13/04/2016" (fl. 129).

Sem contrarrazões.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 150/151, cujos fundamentos foram

impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Depreende-se dos autos que o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou das questões suscitadas, resolvendo de modo integral a controvérsia posta.

Na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

Assim, não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade, contradição ou erro material, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

O Tribunal de origem entendeu que:

A matéria tratada nos autos se refere à ocorrência da prescrição intercorrente, matéria debatida diversas vezes além de ser pacífica nesta Corte, tem reiterados julgados no Superior Tribunal de Justiça, comportando julgamento monocrático haja vista a existência de súmulas e jurisprudência sobre o tema, não havendo razão para a insurgência do agravante.

**No presente caso, verifica-se que em 25 de outubro de 2010 houve decurso do prazo de suspensão do feito e determinado seu arquivamento provisório (fls. 22).**

Ato contínuo, no ano de 2016, foi proferida sentença reconhecendo a prescrição intercorrente.

**Ou seja, se não foram localizados o devedor, nem bens passíveis de penhora no prazo de um ano de suspensão, o arquivamento é, portanto, automático.**

[...]

Sobre esse tema, o STJ editou a súmula 314, que disciplina o início do prazo para o reconhecimento da prescrição intercorrente, vejamos:

*"Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente."* (Súmula 314, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2005, DJ 08/02/2006, p. 258) .

Ora, os autos permaneceram no arquivo sem qualquer movimentação do exequente até 2016, quando foi proferida a sentença de extinção do processo. Sendo assim, não há se falar em reforma da sentença.

O agravante afirma, ainda, que não se justifica o acolhimento da prescrição, já que não obedecido o procedimento previsto no art. 40 da lei nº 6.830/80, em razão da ausência de intimação pessoal da Fazenda Pública.

Depreende-se da literalidade do supra mencionado § 4º ser necessária, para reconhecimento da prescrição intercorrente, a prévia oitiva da Fazenda Pública.

No entanto, a atual jurisprudência do STJ "*...vem flexibilizando a literalidade do disposto no art. 40, § 40, da Lei 6.830/1980 para manter a decisão que decreta a prescrição intercorrente sem oitiva prévia da Fazenda Pública quando esta, no recurso interposto contra a sentença de extinção do feito, não*

*demonstra o prejuízo suportado (compatibilização com o princípio processual pas de nullité sans grief)"* (AgRg no AREsp 247.955/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/04/2013, DJe 08/05/2013).

[...]

No presente caso, a Fazenda Pública, não demonstrou, nas razões do recurso, o efetivo prejuízo decorrente da prolação da sentença sem sua oitiva, de modo que nada há que ser reparado na sentença recorrida.

*Ad argumentandum tantum*, importante destacar serem "prescindíveis as intimações da Fazenda Pública das decisões que suspendem ou determinam o arquivamento do feito executório..." (AgRg no AREsp 10.703/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2011, DJe 02/12/2011).

Por seu turno, a recorrente aduz que:

Como dito acima, a suspensão da execução fiscal, determinada de ofício (fls. 20) não pode causar a prescrição intercorrente, devendo essa suspensão ser considerada nula.

Isso porque, após pedido do Exequente de penhora *on line*, o Juízo indeferiu o pleito e, de ofício, determinou a suspensão da execução fiscal pelo art. 40, da LEF-fls. 20.

Ocorre que dessa suspensão não foi intimada a Fazenda Pública, conforme fls. 21/25, quando proferiu sentença extinguindo a execução fiscal em abril/2016 (fls. 26/26v). Resta claro que não foram observados os artigos 25 e 40, §1º, ambos da LEF. Então, jamais poderia ser extinta a execução fiscal porque não tomou ciência a Fazenda Pública dessa suspensão, não sendo válida nota de foro.

Primeiramente, é importante salientar que o aresto recorrido afirmou que "**no presente caso, verifica-se que em 25 de outubro de 2010 houve decurso do prazo de suspensão do feito e determinado seu arquivamento provisório (fls. 22)**" e "**ou seja, se não foram localizados o devedor, nem bens passíveis de penhora no prazo de um ano de suspensão, o arquivamento é, portanto, automático**".

Esta Corte Superior possui entendimento sedimentado no sentido de que o arquivamento decorre do transcurso do prazo de um ano de suspensão e é automático, conforme dispõe a Súmula n. 314/STJ ("*em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente*"), não havendo nenhum óbice à aplicação da Súmula em comento *in casu*.

Nesse sentido, cito os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 40, § 4º, DA LEI N. 6.830/80. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA DA FAZENDA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE SUPRIDA. PRINCÍPIOS DA CELERIDADE PROCESSUAL, INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E PAS DES NULLITÉS SANS

GRIEF. INTIMAÇÃO DA DECISÃO QUE ARQUIVA O FEITO. DESNECESSIDADE. SÚMULA N. 314/STJ. RESPONSABILIDADE PELA DEMORA DA PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS NA FORMA DA SÚMULA N. 106/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. PRECEDENTES.

1. É firme o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça no sentido de configurar-se a prescrição intercorrente quando, proposta a execução fiscal e decorrido o prazo de suspensão, o feito permanecer paralisado por mais de cinco anos por culpa da exequente, **podendo, ainda, ser decretada ex officio pelo magistrado, desde que previamente ouvida a Fazenda Pública, conforme previsão do art. 40, § 4º, da Lei n. 6.830/80, acrescentado pela Lei n. 11.051/2004.**

2. Conforme asseverado pelo Tribunal de origem, muito embora o juízo de primeiro grau não tenha intimado previamente a exequente, não houve qualquer prejuízo para a Fazenda Pública na hipótese. Dessa forma, em não havendo prejuízo demonstrado pela Fazenda Pública, não há que se falar em nulidade da sentença, e nem, ainda, em cerceamento de defesa, o que se faz em homenagem aos princípios da celeridade processual, instrumentalidade das formas e *pas des nullités sans grief*. Precedentes.

3. **É desnecessária a intimação da Fazenda Pública da suspensão da execução, bem como do ato de arquivamento, o qual decorre do transcurso do prazo de um ano de suspensão e é automático, conforme dispõe a Súmula 314 desta Corte.** Nesse sentido: EDcl no Ag 1.168.228/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 20/04/2010.

4. A Primeira Seção desta Corte, em 09.12.09, quando do julgamento do REsp n. 1.102.431/RJ, de relatoria do Ministro Luiz Fux, pela sistemática do art. 543-C, do CPC, introduzido pela Lei dos Recursos Repetitivos, consolidou o entendimento já adotado por esta Corte no sentido de que a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 07/STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1156626/GO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28.9.2010). Grifou-se.

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DE OFÍCIO. ARTIGO 40, § 4º, DA LEF. SUSPENSÃO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA. PRESCINDIBILIDADE.

1. Tratando-se de execução fiscal, a partir da Lei nº 11.051, de 29.12.2004, que acrescentou o § 4º ao art. 40 da Lei nº 6.830/80, pode o juiz decretar de ofício a prescrição, após ouvida a Fazenda Pública exequente.

2. "Prescindível a intimação do credor da suspensão da execução por ele mesmo solicitada, **bem como do arquivamento do feito executivo, decorrência automática do transcurso do prazo de um ano de suspensão e termo inicial da prescrição**" (REsp 983155/SC, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe 01/09/2008).

3. Recurso especial não provido.

(REsp 1129574/MG, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 29.4.2010). Grifou-se.

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL EM EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SUSPENSÃO DA AÇÃO EXECUTIVA PEDIDA PELO EXEQUENTE. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO. CULPA DO EXEQUENTE NA PARALISAÇÃO DO FEITO. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA N. 7 DO STJ.

1. Caso em que se discute a constatação da prescrição intercorrente, em execução fiscal suspensa a pedido do exequente, que defende, com base no art. 40, § 1º, da Lei de Execuções Fiscais, a necessidade de sua intimação da decisão que determinou a suspensão da ação executiva.

2. **Sobre a matéria, a jurisprudência do STJ pacificou-se no sentido de que o prazo da prescrição intercorrente se conta a partir do arquivamento provisório da execução fiscal, após o período de suspensão do § 2º do art. 40 da LEF**, sendo desnecessária a intimação da Fazenda quanto à suspensão por ela mesma pedida.

3. É de anotar-se, ainda, que não mais há como, em sede de recurso especial, se perquirir a respeito da culpa da Fazenda Estadual quanto à paralisação da ação executiva, pois, como se constata do teor do voto do acórdão ora recorrido, o reexame desse fato é obstado pelo entendimento sedimentado na Súmula n. 7 do STJ.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1081989/PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 23.9.2009). Grifou-se.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ e Súmula 568/STJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator